

ANÇA Sulbrasileiro

Congresso votará leis de informática, salário, "royalties" e Colégio

por Márcio Chaer
de Brasília

O Congresso Nacional interrompe, nesta semana, sua letargia legislativa, para votar quatro importantes matérias: as novas leis salarial e de informática, o veto presidencial ao projeto dos "royalties" do petróleo e a regulamentação do Colégio Eleitoral.

Voltados exclusivamente para o debate sucessório, deputados e senadores não deram "quórum" de deliberação a uma sessão sequer da Câmara, do Senado ou das sessões conjuntas. As poucas votações realizadas só foram possíveis com o consentimento de parlamentares que não solicitaram verificação de "quórum".

A ampla mobilização marcada para as sessões de hoje e de amanhã só foi viabilizada pela premência de uma decisão em torno da indicação dos delegados estaduais ao Colégio Eleitoral, pelo consenso alcançado para uma nova política de informática, pelo interesse suprapartidário na derrubada do veto presidencial ao projeto dos "royalties" do petróleo e, finalmente, a disposição do governo em alterar o Decreto-lei nº 2.065. Todas as bancadas foram convocadas.

O líder do governo, deputado Nelson Marchezan, submeteu ontem ao coordenador da campanha de Paulo Maluf, Calim Eid, e ao líder do PMDB, na Câmara, Freitas Nobre, uma proposta conciliatória para definição dos seis deputados estaduais de cada Assembleia Legislativa que votará no Colégio Eleitoral. A indicação dos delegados seria refeita em todos os estados, ao contrário do que pretende a oposição — que não quer arriscar perder votos já assegurados. Em troca disso, a votação não seria secreta, como querem os malufistas que, assim, evitariam a influência dos governadores. Caberia, porém, a cada estado, decidir se a votação seria aberta ou não.

A resposta formal será dada hoje — Freitas pediu tempo para ouvir o PT, e o PDT, e Calim Eid para se reunir ao "staff" malufista. Freitas Nobre, porém, já adiantou que não admite o voto secreto em hipótese nenhuma. "Não admito que um deputado que recebeu uma delegação para escolher o supremo magistrado da Nação se esconda atrás de um voto secreto", frisou ele.

A determinação de Freitas deve provocar um recuo dos malufistas. Como o impasse só seria resolvido em plenário e um teste de forças, neste momento, é pouco recomendado à candidatura malufista, a solução parece iminente — as bancadas majoritárias refarão suas indicações, e com voto aberto, já que a oposição concluiu que uma nova eleição não alteraria sua vantagem.

A urgência para votação do substitutivo do senador Virgílio Távora, que reforma a atual política brasileira de informática, deve-se pelo prazo para sua aprovação, que se extingue na próxima segunda-feira. Ontem este assunto também foi objeto dos entendimentos entre Marchezan e Freitas Nobre. Ao final, ambos afirmaram que a votação está garantida.

A nova lei salarial, obstruída durante a semana passada pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, que julga prejudicial a Emenda Marchezan aos funcionários de estatais, deverá passar sem maiores dificuldades, uma vez que PDS e PMDB dispõem de folga da maioria. Já o veto que o presidente Figueiredo impôs ao projeto que prevê a indenização pela Petrobrás aos estados produtores de petróleo tem poucas chances de ser derrubado. Apesar da concordância de parlamentares de todos os partidos, o "quórum" de 2/3 dificulta consideravelmente essa empreitada. O tema não sensibiliza os estados não-produtores de petróleo, além do fato de o governo estar empenhado na manutenção de seu veto.